

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.753.907 - PE (2018/0175569-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
**AGRAVANTE** : PEDRO PAULO MEDEIROS DE LUCENA  
**ADVOGADO** : DANIELLE SCANONI DA SILVA OLIVEIRA - PE034504  
**AGRAVADO** : FAZENDA NACIONAL

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE TERCEIRO. CONDOMÍNIO DE COISA INDIVISÍVEL. PENHORA E ALIENAÇÃO JUDICIAL. AGRAVO INTERNO. FERIADO LOCAL. COMPROVAÇÃO. ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO.

I - O presente feito decorre de embargos de terceiros que objetiva desconstituir a penhora judicial de imóvel de propriedade do embargante realizada nos autos da execução fiscal, por se tratar de "bem de família".

II - Aplica-se ao recurso o Enunciado Administrativo n. 3 da Súmula do STJ, segundo o qual: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC". Mediante análise dos autos, verifica-se que a parte recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 7/2/2018, sendo o recurso especial interposto somente em 5/3/2018.

III - A Corte Especial, no julgamento do AREsp n. 957.821/MS, em 20/11/2017, chegou à conclusão de que, na vigência do Código de Processo Civil de 2015, não é possível a comprovação da tempestividade após a interposição do recurso.

IV - Agravo interno improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator